

O MERCADOR ITALIANO EM LISBOA: A CORTE E A SOCIEDADE (1500-1550CA)*

Nunziatella Alessandrini

Universidade NOVA de Lisboa, Centro de Humanidades,
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
ORCID: 0000-0003-4340-7903

Resumo

O constante levantamento de fontes documentais e a notável produção de estudos sobre os mercadores italianos em Lisboa nos séculos XV e XVI facilitam uma reflexão mais ampla que permite realçar alguns traços comuns no percurso lusitano destes estrangeiros em relação à sua interacção com a corte e a sociedade do país que os hospedava. Através do percurso de conceituados mercadores «italianos» na capital portuguesa, nomeadamente das redes comerciais por eles entrelaçadas, dos benefícios recebidos pela corte portuguesa e das suas relações com a sociedade portuguesa, definir-se-á uma figura, a do Mercador Italiano activo em Lisboa no findar do século XV até meados do século XVI.

* Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória – DL 57/2016/CP1453/CT0009. Também obteve o apoio do CHAM (NOVA FCSH—UAc), através do projecto estratégico financiado pela FCT (UIDB/04666/2020).

Palavras-chave: Lisboa; Itália; corte; sociedade; mercador; século XVI.

Abstract

The constant survey of documentary sources and the remarkable production of studies on Italian merchants in Lisbon in the 15th and 16th centuries facilitated a broader reflection that allows us to highlight some common traits in the Portuguese path of these foreigners in relation to their interaction with the court and society of the host country. Through the journey of renowned «Italian» merchants in the Portuguese capital, namely the commercial networks they interacted with, the benefits received by the Portuguese court and their relations with Portuguese society, a figure will be defined, that of the Italian Merchant active in Lisbon at the end of the 15th century until the middle of the 16th century.

Keywords: Lisbon; Italy; court; society; merchants; 16th century.

Introdução

Nas últimas décadas houve um desenvolvimento bastante amplo no estudo da comunidade italiana em Lisboa no século XVI, sendo o grupo social dos mercadores objecto de contributos relevantes. Tomando como ponto de partida as investigações de ilustres historiadores que no século passado produziram trabalhos inovativos sobre esta comunidade de estrangeiros em Lisboa¹, houve um avanço significativo no

¹ Não cabe aqui mencionar todos os estudos sobre a comunidade italiana em Lisboa no século XVI, apenas recordamos, entre outros, alguns estudos dedicados a figuras de mercadores italianos: RAU (1956a; 1956b; 1975), SPALLANZANI (1997), RADULET (1991).

aprofundamento desta temática que levou a um sólido, apesar de ainda não exaustivo, conhecimento de quem eram estes mercadores estrangeiros que trabalhavam na capital portuguesa no período em que a abertura do comércio marítimo com o Oriente designou Portugal como meta fortemente desejada. O levantamento documental efectuado em arquivos italianos, portugueses, ingleses, flamengos, por Sergio Tognetti (1999; 2013) Francesco Guidi Bruscoli (2014), Joana Sequeira (2015), Ana Clarinda Cardoso (2016), Nunziatella Alessandrini (2011; 2013; 2014; 2015–2016), Benedetta Crivelli (2017), entre outros, permitiram a redacção de percursos vivenciais de mercadores e companhias mercantis identificando e cristalizando um *modus operandi* quer do ponto de vista das suas atitudes comerciais, assim como nas suas relações com a corte e com a sociedade portuguesa. De facto, as fontes documentais utilizadas permitem um leque variado e rico de cruzamento de dados, apontando para a observação dum trajecto discursivo mais amplo e completo: inventários de bens, testamentos, correspondência privada e comercial, escrituras de compra e venda, livros da receita e despesa, cartas régias, outorga de privilégios régios, isto é, uma abundância e variedade de informações utilizadas no intuito de definir a figura do mercador italiano, reflectindo, ao mesmo tempo, sobre a sua interacção com o Estado e a Sociedade que o hospedava. A escolha da baliza temporal que irá incluir, sensivelmente, as primeiras seis décadas de Quinhentos, está subjacente, por um lado, à facilidade em encontrar e juntar fontes documentais numerosas, muitas das quais já levantadas; por outro lado, são estes os anos em que um acontecimento importante ocorreu no seio da comunidade italiana e que teve um papel determinante na sua organização, nomeadamente, a edificação da Igreja da Nação Italiana, devota ao culto da Nossa Senhora do Loreto (1518).

Mercadores Italianos em Lisboa: um percurso de séculos

Para se entender a importância que a comunidade de mercadores italianos alcançou no século XVI em Lisboa, é necessário recuar, pelo menos, até às primeiras décadas do século XIV. Nessa altura já eram conhecidas as capacidades que os italianos, nomeadamente os genoveses, detinham nas coisas do Mar, ao ponto de o rei D. Dinis (r. 1279–1325) entregar ao genovês Emanuele Pessagna o título de Almirante da Marinha Portuguesa. O contrato estipulado em 1317 entre o rei e o Almirante estabelecia que o genovês devia manter sempre na Marinha portuguesa vinte homens genoveses sabedores do mar². Pode-se assumir a data do contrato mencionado como cronologia a partir da qual a colónia italiana em Lisboa assume formas de organização que irão ser reconhecidas pelos monarcas portugueses através da outorga de privilégios régios que garantiam segurança à sua actividade comercial. Resumidamente, referimos que a 9 de Abril de 1338, foram concedidos privilégios régios a dois mercadores florentinos, Beringel Omberte e Niculau Bertoldi, sendo que, rapidamente, os mesmos foram alargados a toda a companhia comercial florentina dos de' Bardi³; a 4 de Dezembro de 1341 foi entregue privilégio a Alberto Moncassola, mercador de Plasencia⁴; passados alguns anos, a 22 de Julho de 1357⁵, foram confirmados os privilégios aos genoveses, milaneses e prazentinos; a 7 de Março de 1363, foram outorgados benefícios comerciais aos prazentinos e genoveses⁶, sendo que o século XIV fecha com mais um decreto,

² Não cabe aqui citar a vasta produção bibliográfica inerente a este assunto, pelo que referimos apenas que o contrato se encontra em MARQUES (1944-1971, p. 27-30).

³ MARQUES (1944, p. 53).

⁴ *Idem*, doc. 67, p. 75-76.

⁵ *Idem*, doc. 84; 85; 86, p. 105-106.

⁶ *Idem*, doc. 12, p. 116.

a 26 de Junho de 1396, que garantia protecção aos mercadores prazentinos e genoveses⁷.

Entrando no século seguinte, observa-se um significativo processo de organização da comunidade italiana em Lisboa, e assiste-se, principalmente, a uma consolidação de duas categorias: navegadores e mercadores. A expansão atlântica incentivada pelo Infante D. Henrique (1394–1460) e a descoberta de novos territórios com a conseqüente expansão do trato comercial, constituíram as bases para a absorção de recursos humanos vindos do estrangeiro e, entre eles, os italianos primavam.

O estudo dos registos de contabilidade da companhia florentina dos Cambini (TOGNETTI, 1999) apresenta o percurso dos seus vários agentes em Lisboa, começando por Bartolomeo di ser Vanni, passando por Giovanni Guidetti, Piero Ghinetti, até Bartolomeo Marchionni, e nos introduz na intensa vida comercial da praça de Lisboa do século XV. Residente em Lisboa durante alguns anos, pelo menos entre 1459 e 1472, Piero Ghinetti enviava de Lisboa, juntamente com Giovanni Guidetti, quantidades notáveis de couro a Florença onde o pai trabalhava as peles para o artesanato (MELIS, 1970, p. 59). Não devemos esquecer que o mercado italiano, nomeadamente o florentino, tinha uma longa tradição na indústria de curtir peles e couros, o que levava a absorver grandes quantidades de couros de Lisboa que, na altura, se tinha tornado no «più grande emporio di cuoia all'esportazione e quasi tutte prendevano la via del Mediterraneo, sbarcando almeno per il 90% a Livorno» (MELIS, 1970, p. 64). O mercado lisboeta disponibilizava também couros da Irlanda, desconhecidos, antes do século XV, no Mediterrâneo.

O levantamento dos registos contabilísticos de outra companhia comercial da Toscânia, os Da Colle (SEQUEIRA, 2015; CARDOSO, 2016), confirmou a variedade de mercadorias comercializadas pe-

⁷ *Idem*, doc. 190, p. 206.

las companhias italianas estabelecidas em Lisboa. A companhia Da Colle, produtora de papel, alargou o próprio negócio de compra e venda a outras mercadorias: exportação de tecidos e importação de grã de Sintra e de couros (BERTI, 1994).

Como já referimos, a expansão atlântica tinha ampliado os horizontes mercantis: outras mercadorias, entre as quais o açúcar da Ilha da Madeira, o coral, a cortiça, contribuíram para aumentar o fluxo negocial, quer em termos de quantidade quer em termos de qualidade, chamando para Portugal não apenas companhias mercantis para aí se instalarem e aproveitarem os frutos, mas também mercadores particulares.

Tomando como estudo de caso o percurso económico e social de algumas famílias *italianas* no século XV em Lisboa, vejamos que há processos em comum que se irão repetir e fortalecer no século sucessivo. De resto, a conjuntura de expansão atlântica do século XV apresentava os mesmos processos inovadores no âmbito da construção de redes comerciais e de comércio de longo trato.

No comércio do açúcar da Ilha da Madeira e na exportação da cortiça, os genoveses mantiveram um papel de primeiro plano como ressalta da investigação de Virgínia Rau acerca da família genovesa dos Lomellini (RAU, 1956). O contrato do monopólio do comércio da cortiça foi estipulado a 21 de Junho de 1456 e pelo efeito foi constituída uma rede comercial e financeira à qual participavam genoveses, Domenico Scotto, e florentinos, Giovanni Guidetti. Deve-se aqui sublinhar que o mesmo contrato tinha sido estipulado poucos dias antes, a 7 de Junho de 1456, com o mercador oriundo de Bruges, Martim Leme (LEME, 2019). Não havendo qualquer tipo de menção a este contrato no estipulado com os Lomellini, podemos supor que houve desistência por parte de Martim Leme e que, portanto, avançou-se com outro contrato e outros contratadores.

As cláusulas do contrato evidenciam a confiança que esta família gozava na corte portuguesa, favorecendo o concessionário com a

isenção de todos os tributos excepto a sisa e com a obrigação de a justiça intervir sempre que os Lomellini pedissem o seu auxílio. A confiança que o rei depositava nas mãos dos contratantes é patente na própria atitude de não colocar qualquer oficial da fiscalização a controlar as contas (VITERBO, 1903, p. 42). De resto, a família genovesa não estava isenta de manifestações de apreço por parte da corte portuguesa que, com carta régia passada em 10 de Julho de 1440, segurava «Tropel de Ujualdo e Marco Lomelim mercadores genoeses estantes em a nosa muy noble e muy leal cidade de Lixboa (...) e todas suas mercadorias assy as que mercarem em nossos Regnos como as que lhe de fora vierem de qualquer parte que sseja»⁸ e com o tempo as coisas só melhoravam, até a carta de naturalização, emitida em 27 de Novembro de 1427, data em que «(...) myçe Marco e Bautista Lomelim e Françaçisco Calluo jenoeses nosos serujdores (...) auermos elles e seus feitores companhia por nosos naturaas (...).»⁹.

Como foi adiantado, o açúcar da Madeira era outra mercadoria nas mãos dos Lomellini e, assim, Baptista Lomellini cria raízes na ilha da Madeira com o irmão Urbano, tornando os seus descendentes riquíssimos.

No que diz respeito a outra mercadoria que teve uma importância comercial significativa, a pesca do coral, temos conhecimento que já em 1443 foi concedida uma carta de privilégio que permitia que Bartolomeu Florentim (a não confundir com Bartolomeo Marchionni) e João Forbim de Marselha, ambos residentes em Lisboa, pudessem introduzir, conforme requeriam, a pesca do coral nos mares portugueses. Nas cláusulas do dito privilégio constava que Bartolomeu Florentim e João Forbim eram os verdadeiros inauguradores desta actividade que se revelava completamente nova em Portugal (VITERBO,

⁸ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 73v, publicada em RAU (1956), p. 42.

⁹ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 53v, publicada em *ibidem*, p. 48.

1903, p. 315-318). Mais tarde, quando com a descoberta do caminho marítimo para a Índia se abriu um rico mercado do coral naquelas longínquas paragens, a pesquisa deste produto para a exportação tornou-se muito activa, e temos claros indícios de que os Lomellini de Génova possuísem um grande depósito. De facto, é este o conteúdo de uma carta que o embaixador de Portugal em Roma envia ao rei D. João III em 22 de Outubro de 1553, informando que em Génova havia grandes quantidades retidas de coral¹⁰.

Para além da exploração dos produtos das ilhas Atlânticas, os italianos aproveitaram também o comércio dos produtos da costa africana, apesar de estes constituírem uma espécie de «quase monopólio — já que o comércio de particulares, embora não totalmente excluído, quedava doravante sujeita a prévio licenciamento, concedido ad nutum pelo Infante» (THOMAZ, 1988, p. 95). E foi, de facto, o monopólio do ouro e dos escravos que o rei D. João II, subido ao trono em 1481, outorgou a Bartolomeo Marchionni, mercador florentino chegado a Lisboa como agente dos Cambini em 1469. Obtida carta de protecção pelo rei Afonso V (r. 1438–1481) em 1475, Marchionni tornou-se cidadão português com decreto régio promulgado por D. João II (r. 1481–1495) a 12 de Julho de 1482, o mesmo ano em que ocorreu a falência da casa comercial dos Cambini. Bartolomeo Marchionni irá manter a sua residência em Lisboa até à morte ocorrida cerca de 1530, tornando-se num mercador afamado e rico, dono de uma conceituada casa comercial na qual, como veremos, irão colaborar membros da família e compatriotas de confiança.

Estas breves notas sobre percursos, propositadamente muito resumidos, de mercadores italianos na Lisboa do século XV, tiveram

¹⁰ «Por via de Genova me screvem que se avisa por carta de nove dese reino que vossa Alteza há de mandar comprar alli hua grande cantidade de coral para a India e que já o começavão a reter para o encarecerem. Aviso a Vossa Alteza para que veja o que cumpre a seu serviço» (*Corpo Diplomático Português*, 1884, p. 266).

o objectivo de evidenciar alguns elementos basilares que se irão encontrar, reforçados e mais estruturados, nas companhias comerciais e nos mercadores particulares do século XVI que também se viram confrontados com novos recursos e com a nova aventura de mais uma expansão marítima, desta vez virada para o Oriente.

As características que se destacam no *modus operandi* dos mercadores aqui apresentados são evidentes, e isto apesar de a análise não ter sido aprofundada: em primeiro lugar, releva-se uma estruturada mentalidade mercantil fortemente empreendedora dirigida à descoberta do mercado mais rentável; em segundo lugar, observa-se a constituição de sociedades comerciais onde os riscos estavam fraccionados em pequenas cotas, e, onde, às vezes, os correspondentes em Portugal eram membros da mesma família; em terceiro lugar, detecta-se a variedade de mercadorias que se reflectia num comércio não especializado, experimentando uma vasta gama de mercadorias que, por um lado, davam lucros diversificados e, por outro, salvaguardavam situações de risco face à eventual queda da procura, uma maneira de se manterem comercialmente e financeiramente activos caso uma mercadoria perdesse valor no mercado; em quarto lugar, começa-se visivelmente a delinear uma preponderância de mercadores oriundos da Toscana, cuja organização comercial, como veremos, irá ter peculiaridades bem distintivas.

Foi nestes anos, — finais do século XV, início do XVI — segundo me parece, que a colónia florentina em Lisboa se vai fortalecendo, iniciando uma cooperação em redes comerciais alargadas. De facto, a dificuldade em conseguir agrupar os mercadores florentinos numa comunidade estruturada foi detectada também pela historiadora Consuelo Varela que confirma a inexistência, antes de 1485, duma comunidade florentina importante em Sevilha, sendo que os florentinos mencionados nas fontes documentais faziam escala no triângulo Florença, Lisboa, Valência, e mesmo tendo sociedades em Sevilha, poucas vezes lá apareciam (VARELA, 1988, p.127). Nesse

sentido, as reflexões de Federigo Melis são esclarecedoras porque focalizam um elemento determinante, relacionado à importância da posição geográfica. O historiador italiano distingue os modelos comerciais das cidades à beira-mar (Génova) e os das cidades do interior (Florença). A diferença substancial entre estas duas tipologias residia, principalmente, na composição e na estrutura das companhias comerciais: as companhias genovesas, mais pequenas, com poucos dependentes, agiam com «quell'impeto con il quale si dovevano affrontare i rischi del mare, magari frazionandoli in piccole quote» (MELIS, 1970, p. 184), e, pelo contrário, as cidades do interior operavam de maneira que «l'azione era piú meditata, ma anche piú estesa, per la quale ragione, appunto, si riunivano piú forze personali e reali» (MELIS, 1970, p. 184). O perigo do mar levava à necessidade de fraccionar os riscos, enquanto que uma acção mais pensada e calculada podia permitir uma maior amplitude em termos de capitais e recursos humanos. As consequências são imagináveis: o volume dos negócios e a quantidade de transacções eram consideráveis. A própria constituição da companhia, com muitos trabalhadores, permitia que alguns deles se dedicassem exclusivamente à chefia e à direcção, alargando o olhar ao estudo dos vários acontecimentos políticos, económicos e sociais que, de qualquer maneira, pudessem ter um impacto negativo ou positivo sobre o bom andamento da companhia. Para além disso, como veremos, era costume que os jovens mercadores recém-chegados recebessem uma formação que implicava também o estudo da língua, nomeadamente a língua portuguesa.

Deste quadro, apesar de sucinto, toma forma uma figura, a do mercador, com as suas peculiaridades distintivas, mas com um trato em comum que era o de gozar da estima de todos; umas personagens que não «havia como desairoso o trato comercial» (PASSOS, 1956, p. 156), de tal maneira que «i nobili fra loro sono i piú mercanti di maggiori faccende» (PERAGALLO, 1907, p. 6).

Uma Nação de famílias diferentes: o mercador italiano e a Corte

A viragem do século XV para o XVI foi algo de surpreendente para os mercadores que, como temos acabado de verificar, tinham a sua actividade comercial na capital portuguesa: a viagem de Vasco da Gama e a abertura do caminho marítimo para a Índia remetiam para a possibilidade de ganhos até então nem imaginados. Os mercadores e as companhias que tinham construído as suas estratégias comerciais viradas para as ilhas atlânticas e para a costa africana, começaram a rever os seus objectivos e a criar novas dinâmicas e relações para poder entrar naquilo que se perspectivava uma tipologia de comércio extremamente rentável.

Assim, o fluxo de mercadores vindos das diversas regiões da Península Italiana ia engrossar a comunidade estabelecida em Lisboa. País fragmentado num conjunto de territórios compostos por ducados (Milão, Sabóia, Urbino, Modena e Ferrara), repúblicas (Génova, Florença, Veneza, Lucca, Siena), reinos (Nápoles, Sicília e Sardenha) e os estados da Igreja, a Península Italiana era uma terra com uma pluralidade de *nações*, cujas divergências políticas podiam prejudicar as actividades comerciais dos mercadores italianos no estrangeiro. Ao estudar as relações comerciais, culturais e diplomáticas entre Itália e Portugal deve-se, necessariamente, ter em conta esta vertente, uma vez que o monarca português devia confrontar-se com os governos das diferentes *nações* que compunham a comunidade italiana em Lisboa. As garantias de protecção e os privilégios outorgados desde o século XIV mencionados nestas páginas constituíram um apelo determinante para a vinda destes estrangeiros que, cúmplice a expansão atlântica e o alargamento e fortalecimento da actividade comercial, tornaram-se cada vez mais imprescindíveis para a economia portuguesa. Repara-se que, fora da Península Italiana, os *italianos* estabelecidos em Lisboa sentiam-se

parte dum mesmo grupo, embora ainda apelidados por *genoveses*, *milaneses*, *prazentinos*, *florentinos*, etc.

Nesse sentido, a data de 8 de Abril de 1518 — dia em que os canónicos de São João em Latrão aceitaram a oferta dum terreno que os mercadores italianos de Lisboa compraram para construir uma Igreja — constituiu um marco importante no seio da comunidade italiana em Portugal. Pela primeira vez, os mercadores *Italianos*, oriundos duma terra fragmentada, determinam a sua pertença a uma “*Nazione Italiana*”, antecipando aquela unidade que teria acontecido mais de três séculos depois, em 1861. Com verdade, esta afirmação foi sublinhada por Monsignor Prospero Peragallo (FILIPPI, 2016) — pároco da Igreja de Nossa Senhora do Loreto de Lisboa durante trinta anos, de 1865 até 1895 — em ocasião da aprovação dos Estatutos que geriam a *Società Italiana di Beneficenza* em 1872¹¹, ao se referir à edificação do templo italiano:

«il sentimento nazionale si manifestò, sin dai primordi del secolo decimo sesto, in tutta la sua pienezza e purità, e con tutti quei caratteri di grandiosità e magnificenza che sono abito e quasi seconda natura della gente italiana»¹².

Apesar de ser difícil definir o conceito de *Nação* que estava na cabeça dos mercadores italianos do século XVI em Lisboa, podemos, no entanto, muito resumidamente, remeter para a consciência de uma identidade linguística, cultural e religiosa comum (CARIDI, 2008)¹³. É nesse sentimento de pertença a uma mesma *Nação* que

¹¹ A *Società Italiana di Beneficenza* foi instituída em 1872 com o objectivo de socorrer e ajudar os pobres italianos residentes em Lisboa ou de passagem na capital portuguesa (*Statuto della Società Italiana di Beneficenza in Lisbona*, 1873, p. 11).

¹² *Idem*, p. 4.

¹³ O autor refere que o termo *Nazione* «veniva impiegato per indicare la comune provenienza di gruppi di individui da etnie o zone geografiche, ma anche la identificazione in comunità qualificate per costumi o altri elementi di affinità» (CARIDI, 2008, p. 859, nota 47).

podemos individuar as razões que levaram os comerciantes italianos à decisão de edificar um templo italiano que fosse pólo aglutinador da *Natione Italiana*, e que desenvolvesse funções temporais e espirituais. A difusão do culto de Nossa Senhora do Loreto em Portugal desenvolveu-se desde os finais do século XV e foi-se consolidando no reinado de D. Manuel (r. 1495–1521) devido às estreitas relações que desde séculos ligavam os dois Países (ALESSANDRINI, 2018). Não conhecemos os nomes dos mercadores italianos que compraram o terreno e organizaram o processo da oferta do terreno e do pedido de privilégio à S. João em Latrão, mas podemos conjecturar, com uma dose de erro mínima, que se tratasse dos ricos homens de negócio activos na capital portuguesa do início do século XVI. É verdade que o aumento dos negócios e das práticas mercantis e financeiras dos mercadores italianos tinha amplificado os conflitos com os naturais¹⁴, fortalecendo a urgência de se organizarem num espaço próprio para tratarem dos seus negócios, mantendo com firmeza a sua independência. De facto, nem dinheiro e nem qualquer tipo de apoio foram pedidos pelos mercadores italianos aos governos das suas cidades de origem; as despesas para a construção do templo vinham exclusivamente das entradas dos seus negócios. O processo de avanço da construção da Igreja do Loreto dependia, assim, do dinheiro disponibilizado pela comunidade mercantil, sendo que, em algumas ocasiões, como veremos, tornou-se necessária a intervenção de mercadores particulares.

Apesar de a documentação do arquivo histórico da Igreja do Loreto ser testemunha imprescindível da passagem e da actividade dos mercadores italianos em Lisboa, deve-se ter em conta que o incêndio

¹⁴ Nas *Cortes* de 1459 foi pedida a expulsão dos florentinos e dos genoveses e nas *Cortes* de 1481–1482 foram pedidas medidas contra os mercadores estrangeiros porque prejudicavam a economia portuguesa. Uma forte protesta surgiu contra a preponderância que os estrangeiros tinham no comércio do açúcar. Cf. ALESSANDRINI (2006, p. 43).

deflagrado de repente em 1651 prejudicou parte da documentação referente ao século XVI, facto, este, que nos deixou com algumas perguntas em aberto. No entanto, podemos compensar a perda de alguns documentos com outros mais tardios que remetem para o passado, como demonstra, por exemplo, a leitura dos estatutos de 1678 que mencionam os originais queimados no incêndio de 1651 e que, assim, nos dão a conhecer a estrutura da antiga organização.

Mesmo não conhecendo os nomes dos mercadores italianos que foram os artífices do processo de construção do templo, podemos, contudo, facilmente identificar os ricos comerciantes que nas primeiras décadas de Quinhentos residiam em Lisboa, alguns deles já desde o século XV. Destacam-se as ricas e afamadas casas comerciais dos Affaitati, de Cremona, e Marchionni, de Florença, cuja vivência na corte portuguesa foi sempre objecto de respeito e consideração por parte do monarca português. Um episódio corrobora a participação destes mercadores na iniciativa da construção da Igreja do Loreto e tem a ver, segundo nos parece, com o pedido que o Núncio Apostólico em Lisboa, Antonio Pucci, dirigiu aos mercadores banqueiros italianos em 1515. Tratava-se de transferir a Roma uma quantia de 50.000 ducados, e os próprios Giovan Francesco Affaitati e Bartolomeo Marchionni activaram-se através dos seus agentes para que houvesse envio de quantidades de dinheiro das diversas sedes europeias até a data-limite de Abril de 1518 (GUIDI BRUSCOLI, 2014, p. 20). Terá este evento alguma ligação com a resposta afirmativa dos canónicos de S. João em Latrão para a construção da Igreja do Loreto em Lisboa a 8 de Abril de 1518?¹⁵

¹⁵ Numa carta enviada de Roma pelo secretário do capítulo de São João em Latrão, Antonio Camillo Andosilla, ao Núncio Apostólico em Portugal, Cardeal Ranuzzi, lê-se: «Ho tardato a rispondere all'ultima Sua veneratissima, perché ho voluto fare le necessarie ricerche in Archivio per la Chiesa di Santa Maria di Loreto della Nazione Italiana, posta in codesta città. Ho trovato, dunque che la medesima non solo fu aggregata, ma anzi fondata in solo lateranense fin dalli 8 aprile 1518» (Archivio Nossa Senhora do Loreto (ANSL), Caixa VIII, doc. 66).

Não o podemos afirmar com absoluta certeza, mas podemos, sem muitas dúvidas, afirmar que os dois mercadores banqueiros foram entre os italianos fundadores do templo italiano.

Como já foi mencionado, Bartolomeo Marchionni¹⁶ chegou a Lisboa como agente dos Cambini, recebendo, em 1475, carta de protecção pelo rei D. Afonso V e, a 12 de Julho de 1482, carta de naturalização pelo rei D. João II. A relação de Marchionni com o rei D. Manuel foi muito chegada, ao ponto de levantar a suspeita que o mercador florentino tivesse conhecimento de segredos de Estado. De qualquer maneira, a sua privança com o rei era conhecida e alguns episódios constam nas cartas enviadas de Lisboa a Florença pelo seu empregado/familiar Giovanni Morelli chegado na capital portuguesa para fazer estágio na casa comercial de Marchionni. O jovem aprendiz escreve, em 1509, a Florença ao amigo Giansimone Buonarroti que Marchionni, com um pequeno barco, tinha ido buscar o rei que se encontrava num navio e juntos assistiram a uma festa (BAROCCHI; LOACH BRAMANTI; RISTORI, 1988–1995, p. 15-16). A familiaridade com o monarca derivava, evidentemente, do envolvimento do mercador florentino nos negócios da coroa e da sua disponibilidade económica em sustentar obras (GUIDI BRUSCOLI, 2014, p. 16 e seg.). As palavras das testemunhas numa petição que ocorreu para demonstrar a naturalidade portuguesa de Marchionni confirmam a estima que o rei tinha ao mercador florentino, «em que el-rei nosso senhor muito confia por seus tratos e mercadorias serem grandes» (GUIDI BRUSCOLI, 2014, p. 215, doc. 13).

Da mesma confiança da corte gozava João Francisco Affaitati¹⁷, em Lisboa desde 1494, ainda no reinado de D. João II. Residia no bairro da Sé, na Lisboa Oriental, sítio apreciado pelos mercadores

¹⁶ Sobre Bartolomeo Marchionni seguimos de perto a obra de GUIDI BRUSCOLI (2014).

¹⁷ Sobre João Francisco Affaitati seguimos de perto o texto de ALESSANDRINI (2014).

por estar directamente ligado à praça onde se encontravam o Paço Real e os armazéns das especiarias e bem perto da Rua Nova dos Mercadores, onde tinham residência e/ou lojas os mais abastados mercadores da altura (ALESSANDRINI; FLOR, 2013), e onde tinha casas também Bartolomeo Marchionni. Assim, como Marchionni, João Francisco Affaitati tornou-se num respeitado e rico comerciante e, na data do seu falecimento, a 27 de Abril de 1529, tinha arrecadado «grocissimos cabedais»¹⁸. Muito activo no comércio do açúcar da Madeira com uma rede cuja base encontrava-se em Lisboa onde as operações eram levadas a cabo através de feitores *in loco* a quem o Affaitati dava procuração: de 1502 até 1529 uma série de procuradores, Gabriel Affaitati, Cristóvão Bocolli, Rogerio Maffei, Cappelani de' Cappelani e Luca Giraldi trataram, por conta de João Francisco Affaitati, do comércio do açúcar, produto que depois era distribuído nas praças europeias. Para além do comércio do açúcar, e assim como Marchionni, Affaitati foi entre os financiadores da frota de Vasco da Gama de 1502, cujos navios chegaram carregados de especiarias. Mais, o circuito comercial da casa Affaitati integrava as casas comerciais florentinas, entre as quais os Gualterotti, de Lion, Bruges e Antuérpia, das quais importava cobre comprado aos Fugger para ser enviado para a Índia. É interessante referir que João Francisco Affaitati forneceu 6000 quintais de cobre em 1514 destinado à Índia na armada do ano seguinte e, a 9 de Junho de 1515, foi-lhe encomendado «que nos fizesse vir dessas partes certa soma de cobre» (FREIRE, 1908, p. 394). A 6 de Outubro de 1515 foi dada comissão a João Francisco Affaitati «para nos comprar lá em Flandres o cobre que nos é necessário pera armada da India do anno que vem» (FREIRE, 1908, p. 394), e a 5 de Fevereiro de

¹⁸ BNL, *Pombalina* 688, *Discurso histórico-jurídico sobre a pureza do sangue da família dos Lafetá*, fl. 342.

1516 foi estipulado o contrato do cobre com o mercador italiano por cinco anos, a 12.000 quintais cada ano (FREIRE, 1908, p. 394).

Os serviços prestados à Coroa garantiram a João Francisco Affaitati, e aos seus feitores e criados, a concessão, a 28 de Outubro de 1520, por parte do rei D. Manuel, dos privilégios dos Alemães (DENUCÉ, 1909). O acrescento duma cláusula aos ditos privilégios definia o grau de consideração em que era tido o mercador italiano: enquanto que os alemães gozavam dos privilégios por tempo certo, João Francisco teria gozado deles durante toda a vida. A 23 de Julho de 1524, sensivelmente cinco anos antes da morte do italiano, o rei D. João III confirmou os ditos privilégios¹⁹, comprovando a complacência da corte e o seu reconhecimento para com João Francisco.

A confiança, elemento fundamental nas relações comerciais, transitava, portanto, dos mercadores que tinham manifestado a sua honestidade e rectidão no âmbito da corte e dos funcionários régios, sobre os membros das suas casas comerciais que, por sua vez, gozavam de privilégios régios. Recordamos o caso de Luca Giraldi²⁰, em Lisboa desde 1514 e hospedado em casa de João Francisco Affaitati. Giraldi, florentino, ainda muito novo, entrou em contacto com o ambiente comercial do Affaitati — já mencionámos que foi procurador dele no comércio do açúcar. A partir da segunda década de Quinhentos, o percurso do mercador florentino prosseguiu numa subida contínua quase sem obstáculos de relevo. Em 1533 entra no comércio das especiarias e, no mesmo ano, a 6 de agosto, recebe, pelo rei D. João III (1521–1557), os privilégios dos Alemães²¹. Mantendo a peculiaridade comercial dos mercadores italianos, Luca Giraldi tornou-se empreendedor e foi armador do navio *Espirito Santo* em 1544, juntamente com Álvaro Barradas, e,

¹⁹ ANTT, *Chancelaria D. João III*, liv. 4, fl. 21v.

²⁰ Seguimos de perto o texto de Alessandrini (2011).

²¹ ANTT, *Chancelaria D. João III*, liv. 45, fl. 51v.

em 1553, com o irmão Nicolò, do navio *Nossa Senhora do Loreto* (FREIRE, 1907, p. 46, 58). Foi à Índia duas vezes como capitão de navios: em 1540 no navio *Urca* e em 1551 no navio *Bom Jesus*²².

A diversificação de comércios e produtos foi uma prerrogativa que acomodou Giraldi ao *modus operandi* da actividade italiana em Portugal: não apenas açúcar e especiarias, mas também cereais, escravos, armas, sem se preocupar muito com as proibições que lhe valeram uma denúncia na Inquisição, não incidindo, contudo, no bom nome do comerciante florentino (PEREIRA, 1982).

A estima e o apreço de que gozava Luca Giraldi no âmbito da corte e das elites da sociedade portuguesa é muito documentada. Desde a amizade com D. João de Castro, às festas de recepção da princesa D. Joana, filha de Carlos V, que a 3 de Dezembro de 1552 chegou a Barreiro para se casar com D. João, filho do rei D. João III. O noivo partiu de Lisboa para receber a futura esposa com um barco ricamente ornamentado e regressou acompanhado pelos barcos da Casa da Índia, da Alfândega, dos Armazéns, e dos mercadores mais ricos da cidade. Entre eles, havia o barco de Luca Giraldi, ornamentado «com toldo de seda e os remeiros de libré amarela e branca com suas bandeiras do mesmo teor» (ALVES, 1986, p. 77).

O *status* alcançado por Luca Giraldi é confirmado pelos reconhecimentos que lhe foram concedidos em 1550 e, em 1557²³, depois de anos em que houve uma constante colaboração com a coroa que frequentemente utilizava os serviços financeiros do mercador fiorentino, considerado como «banchiero di Lisbona» que, por isso, passava cartas de crédito e recebia nas suas mãos dinheiro do rei para ser utilizado em ocasiões definidas.

²² BNP (Biblioteca Nacional de Portugal), *Pombalina* 123, fl. 111.

²³ Em 1550 foi-lhe concedida a legitimação dos filhos Francisco e Luisa, Cf. ANTT, *Chancelaria D. João III, Perdões e Legitimações*, liv. 17, fls. 91v-92; em 1557 foi-lhe concedida a utilização do brasão de família, Cf. PERAGALLO (1907, p. 85).

Não temos dúvidas que Luca Girdali e o irmão Nicoló estiveram entre os mercadores que apoiaram a construção do templo italiano, a riqueza da documentação o testemunha. Verificámos que com o tempo Luca Girdali tinha adquirido casas na zona onde estava ubicada a Igreja do Loreto, na parte ocidental de Lisboa, perto das Portas de Santa Catarina «da banda de dentro [...] que vay da ditta porta para a Trindade ao longo dum muro, e são as primeiras que tem hum pateo grande e dentro tem duas moradas de cazas grandes e por detrás vay hum quintal»²⁴. Em 1551, Luca Girdali disponibilizou algum capital para que as obras da Igreja não ficassem paradas e a capela-mor fosse acabada. O mercador florentino decidiu preparar aquela que seria a última demora dele e dos seus descendentes e procedeu à compra da capela-mor da Igreja. O contrato, estipulado a 2 de Março de 1551, estipulou a pertença da capela mor à família Girdali contra um pagamento de 3000 cruzados²⁵.

Inserido nas casas comerciais do Marchionni e do Affaitati gravitava, como é óbvio, um grupo alargado de mercadores que, com os anos, assumiram um papel decisivo na economia portuguesa. O caso de Luca Girdali, bem documentado, permite perceber claramente a estratégia utilizada: os jovens estagiários, com o tempo, formavam a sua própria companhia comercial e recrutavam, por sua vez, jovens mercadores, entre os quais familiares, sobre os quais recaía a fortuna dos mais velhos.

Uma Nação de famílias diferentes: o mercador italiano e a Sociedade

Acabámos de verificar que a força do(s) mercador(es) italiano(s) residia, sim, na sua capacidade empreendedora, entendida como

²⁴ ANSL, *Livro dos Registos das propriedades foreiras à Igreja*, fl. 11.

²⁵ ANSL, Caixa IX, doc. 1b.

estratégia comercial de compra e venda de produtos e mercadorias diversificadas, mas outro elemento determinante, segundo o nosso parecer, reforçava o seu poder. É evidente que o dinheiro e o sucesso nos negócios eram sinónimos de respeitabilidade, mas era importante saber utilizar o capital acumulado de modo a aumentar a sua confiança junto da corte e dos círculos das elites portuguesas.

Voltando aos mercadores/banqueiros acima mencionados, vemos que o sucesso financeiro, concretizado na posse de capital líquido e de bens de raiz, foi reconvertido eficazmente em “capital” social, permitindo a inserção na nobreza portuguesa da sua prole; uma estratégia premeditada onde a riqueza acumulada ia ser transformada em poder social: «la ricchezza come nobiltà, la nobiltà come potere» (DE MADDALENA, 1980). Deve ter sido exactamente este o propósito de João Francisco Affaitati quando instituiu os dois morgadios e presenteou o resto da descendência com avultadas quantias de dinheiro²⁶.

A instituição de morgadios como estratégia social e económica para a afirmação de uma família era um evento frequente entre os grupos sociais abastados. Através da vinculação dos bens, ou de parte deles, em morgadios pretendia-se, por um lado, prevenir e evitar a dispersão em partilhas do património fundiário segurando-o no seio da família e, por outro, reforçava-se a sua importância com uma forte carga simbólica. Não é de subestimar uma outra característica da vinculação de bens em morgadios já que a legislação proibia que fossem atacados pelos credores, o que era uma maneira de se precaver perante possíveis falências. Os bens de raiz e as terras constituíam um património importante, fonte de rendimento não negligenciável, cujos proventos ajudavam à manutenção das instituições que perpetuavam a memória da família²⁷. O regimento de 1514 é

²⁶ O testamento de João Francisco Affaitati, publicado por ALESSANDRINI (2014), remete para uma interessante leitura sócio-económica do percurso e da personalidade deste mercador italiano.

²⁷ Sobre a instituição dos morgadios em Portugal cf. ROSA (1995).

significativo enquanto fortalece o sentido da instituição dos morgadios através da produção de documentação relativa aos bens vinculados a que eram obrigados os administradores. Assim, são conhecidos os bens que formavam o morgadio que João Francisco deixou ao filho Cosme, até porque, ao tornar-se num caso de contenda, produziu uma ampla documentação que remete a situações familiares intrincadas. A abastança do Conde Affaitati permitiu-lhe instituir dois morgadios encabeçados, respectivamente, pelos filhos Cosme e Agostinho. No testamento já citado estavam definidos os termos dos dois morgadios que o instituidor pretendia fundar, com cláusulas bem claras que deviam ser respeitadas. Para além dos dois morgadios, João Francisco Affaitati deixou a cada uma das filhas que na altura em que o testamento foi redigido ainda não estavam casadas, a considerável quantia de 5 contos de réis, de modo que elas pudessem consolidar a sua posição social através do casamento com membros de famílias da nobreza portuguesa. A anexação a casas da nobreza através do casamento das filhas era um procedimento comum e, de facto, a casa Affaitati perpetuou-se em Portugal através da descendência gerada pelas três filhas.

O casamento, portanto, era uma estratégia para entrar a fazer parte da alta nobreza portuguesa que não desdenhava de se tornar familiar de mercadores. Ao mesmo tempo, era uma solução para estreitar os laços entre as famílias abastadas de mercadores italianos e reforçar, com a união, os seus capitais móveis e imóveis. Apenas como exemplo e para confirmar quanto dito, mencionamos os casamentos das filhas de João Francisco Affaitati: D. Ignês de Lafetá (foi assim que o apelido Affaitati se tornou conhecido em Portugal) passou a fazer parte da linhagem dos Sousa ao casar com D. Leonardo de Sousa; D. Magdalena de Lafetá casou com D. João de Sande, senhor de Punhete; Lucrezia de Lafetá casou com o primo João Carlos Affaitati, senhor de uma grande fortuna em Antuérpia. O casamento era, com certeza e na maioria dos casos, uma estratégia

económica e obedecia a critérios prévios de escolha, mas em alguns casos destaca-se uma certa preocupação do pai com a felicidade das filhas. João Francisco Affaitati, no codicilo ao testamento em que se faz menção à possibilidade de a filha Lucrecia se casar com o sobrinho João Carlo, sublinha que a felicidade da filha deveria estar na base do casamento. João Francisco Affaitati preocupa-se também com a mulher dele e, apesar de não estarem casados, manda que «meu filho cosmo manterá sua mai Maria gonsalvez homradamente em sua cassa e com suas filhas ate se casarem»²⁸.

Não podemos aqui referir em detalhe as relações matrimoniais entre os filhos e netos de Affaitati e Marchionni, apenas podemos detectar uma estratégia similar embora, por vezes, algumas excepções aconteçam.

Mais tarde, na altura da plena actividade de Luca Giraldi – falecido em 1565 – observa-se que os dois filhos dele, Luisa e Francisco, perseguem o mesmo caminho: Luísa Giraldi casa com D. Francisco de Portugal, filho de D. Francisco da Gama, 2º conde da Vidigueira e de condessa D. Guiomar da Vilhena, sendo que Francisco Giraldi estreita laços matrimoniais com Lucrezia de Lafetá, neta de João Francisco Affaitati, nascida da relação, acima mencionada, de Lucrezia de Lafetá com João Carlos Affaitati.

Através das atitudes dos mercadores italianos em Lisboa no século XVI, esboçadas nestas poucas páginas podemos, eventualmente, retirar um perfil comum a todos eles, da sua forma de estar, de se apresentar, de se relacionar com a corte e com a sociedade na qual estavam englobados, inclusive o seu relacionamento com a comunidade italiana a que pertenciam. Poucas pinceladas que podem ajudar a caracterizar melhor uma figura que se apresenta de difícil definição, como justamente sublinha Pierre Jeannin: «um pouco difícil definir um Mercador que pudesse ser considerado

²⁸ Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, Códice 894, fl. 7v., transcrito e publicado por ALESSANDRINI (2014).

como arquétipo dos mercadores, caracterizar as formas de pensar, de crer, de sentir e de viver, de uma classe social tão movediça» (JEANNIN, 1986, p. 86).

Referências

Fontes

Arquivo Nossa Senhora do Loreto (ANSL)

Caixa VIII, doc. 66

Livro dos Registos das propriedades foreiras à Igreja, fl. 11.

Caixa IX, doc. 1b.

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

Chancelaria D. João III, liv. 4, fl. 21v.

Chancelaria D. João III, liv. 45, fl. 51v.

Chancelaria D. João III, Perdões e Legitimações, liv. 17, fls. 91v-92.

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

Pombalina 123, fl. 111.

Pombalina 688, *Discurso histórico-jurídico sobre a pureza do sangue da família dos Lafetá*, fl. 342.

Bibliografia

ALESSANDRINI, Nunziatella – La presenza italiana a Lisbona nella prima metà del Cinquecento. *Archivio Storico Italiano*. Firenze: Olschki. Vol. 164 (2006), p. 37-54.

— Contributo alla storia della famiglia Giraldi, mercanti banchieri fiorentini alla corte di Lisbona nel XVI secolo. *Storia Economica*. Nápoles: ESI. Ano XIV, n.º 3 (2011), p. 377-409.

- Giovanni Dall’Olmo um veneziano em Lisboa: comércio e diplomacia (1541–1588). *Ammentu, Bollettino Storico, Archivistico e Consolare del Mediterraneo*. Villacidro: Centro Studi SEA. N.º 3 (2013), p. 155-176.
- Os Italianos e a Expansão portuguesa: o caso do mercador João Francisco Affaitati (séc. XVI). In Contu, Martino; Cugusi, Maria Grazia; Garau, Manuela, eds. – *Tra fede e storia - Studi in onore di Mons. Giovannino Pinna*, Cagliari: AIPSA Edizioni, 2014, p. 35-47.
- Mercadores italianos na Lisboa de Quinhentos. Redes comerciais e estratégias mercantis. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*. UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais. III série, n.º 28 (2015-2016), p. 121-134.
- La Chiesa di Nostra Signora di Loreto e la Nazione Italiana di Lisbona. In Alessandrini, N.; Bartolomei, T., orgs. – *Chiesa di Nostra Signora di Loreto 1518-2018. Una chiesa italiana in terra portoghese*. Lisboa: Fábrica da Igreja Italiana de Nossa Senhora do Loreto, 2018. p.181-193.
- ALESSANDRINI, Nunziatella; FLOR, Pedro – Índícios, sinais e moradas dos Italianos “estantes” em Lisboa (séc. XVI). In Alessandrini, N.; Flor, P.; Russo, M.; Sabatini, G., orgs. – *Le nove son tanto e tante buone che dir non se ne pò Lisboa dos Italianos: História e Arte (sécs. XIV-XVIII)*. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, 2013. p. 103-121.
- ALVES, Ana Maria – *As Entradas Régias Portuguesas. Uma visão de conjunto*. Lisboa: Livros Horizontes, 1986.
- BAROCCHI, Paola, LOACH BRAMANTI, Kathleen, RISTORI, Renzo, eds. – *Carteggio indiretto di Michelangelo*, Firenze: S.P.E.S, 1988–1995.
- BERTI, Marcello – Le aziende Da Colle: una finestra sulle relazioni commerciali tra la Toscana ed il Portogallo a metà del Quattrocento. In *Toscana e Portogallo - Miscellanea storica nel 650º anniversario dello Studio Generale di Pisa*. Pisa: Ed. ETS, 1994. p. 85-104.
- CARDOSO, Ana Clarinda – *Os livros de contas do mercador Michele da Colle (1462–1463): do registo contabilístico à actividade comercial e financeira na Praça de Lisboa*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016. Dissertação de Mestrado.
- CARMIGNANI CARIDI, Settimio – Le Chiese Italiane all'estero: Gli Italiani all'estero tra impegno pastorale della chiesa e tutela statale del patrimonio culturale e religioso nazionali. Il caso della Chiesa Italiana di Nostra Signora di Loreto in LISBONA. In Raad, Doyen Elie, ed. – *Sistema giuridico canonico e rapporti interordinamentali*. Beyrouth: Université La Sagesse, 2008. p. 847-875.
- Corpo Diplomático Português*. Vol. VII Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1884.
- CRIVELLI, Benedetta – *Commercio e Finanza in un Impero Globale. Mercanti Milanesi nella Penisola Iberica (1570-1610)*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2017.
- DE MADDALENA, Aldo – La ricchezza come nobiltà, la nobiltà come potere (secoli XV-XVIII): nodi storici e storiografici (Dal “mito della borghesia” al “mito dell’aristocrazia”?). In Guarducci, Annalisa, ed. – *Atti della “Dodicesima settimana di studi”*, 18-23 Aprile 1980. Istituto Internazionale di Storia Económica “F. Datini” Prato / Le Monnier, 1980. p. 325-358.

- DENUCÉ, Jean – Privilèges commerciaux accordés par les rois de Portugal aux Flamands et aux Allemands (XVe et XVIe siècles). *Arquivo Historico Portuguez*. Vol. 7 (1909), p. 310-319, 377-392.
- FILIPPI, Sergio – *Monsignor Prospero Peragallo – Una vita tra servizio alla Chiesa e amore del sapere*. Lisboa: Fábrica da Igreja Italiana de Nossa Senhora do Loreto, 2016.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Emmentia da Casa da Índia*. Lisboa: Typ. Universal, 1907.
- A Feitoria de Flandres. *Arquivo Historico Portuguez*. Vol. 6 (1908), p. 322-442.
- GUIDI BRUSCOLI, Francesco – *Bartolomeo Marchionni “bomem de grossa fazenda”. Un mercante fiorentino a Lisbona e l'impero portoghese*. Firenze: Olschki, 2014.
- JEANNIN, Pierre – *Os mercadores do século XVI*. Porto: Vertente, 1986.
- LEME, Margarida – Os primórdios da Família Leme na Madeira (séculos XV-XVI). *Arquivo Histórico da Madeira*. Funchal: Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Nova Série, n.º 1 (2019), p. 67-101.
- MARQUES, João Martins da Silva – *Descobrimientos Portugueses*. Vol.1. Lisboa: Edição do Instituto para a Alta Cultura, 1944.
- MELIS, Federigo – Di alcune figure di operatori economici fiorentini attivi nel Portogallo nel XV secolo. In Kellenbenz, H., ed. – *Fremde Kaufleute auf der iberischen Halbinsel*, Kölner Kolloquien zur internationalen Sozial- und Wirtschaftsgeschichte. Colónia-Viena: Bolhau Verlag, 1970. p. 56-73.
- PASSOS, Carlos – Relações históricas luso-italianas. *Sep. dos “Anais”*. Lisboa. II série, vol. 7 (1956), p. 145-240.
- PERAGALLO, Prospero – *Cenni intorno alla colonia italiana in Portogallo nei secoli XIV, XV, XVI*. Génova: Stabilimento Tipografico Ved. Papini e Figli, 1907.
- PEREIRA, Isaías da Rosa – Lucas Giralaldi, mercador florentino, na Inquisição de Lisboa. *Separata «Anais da Academia Portuguesa de História»*. II série, vol. 28 (1982), p. 289-314.
- RADULET, Carmen M. – Girolamo Sernigi e a importância económica do Oriente. In *Os descobrimientos portugueses e a Itália*. Lisboa: Vega, 1991. p. 59-75.
- RAU, Virgínia – Um grande mercador – banqueiro italiano em Portugal: Lucas Giralaldi. *Estudos Italianos em Portugal*. Lisboa: Instituto Italiano de Cultura de Lisboa. N.º 24 (1956a), p. 3-35.
- Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: os Lomellini. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. N.º 1 (1956b), p.56-69.
- Notes sur la traite portugaise à la fin du XVe siècle et le Florentin Bartolomeo di Domenico Marchionni. *Miscellanea offerts à Charles Verlinden à l'occasion de ses trente ans de professorat, Bulletin de l'Institut historique Belge de Rome*. Roma: Institut historique Belge de Rome. Vol. XLIV (1975), p. 535-543.
- ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio em Portugal sécs. XIV e XV*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- SEQUEIRA, Joana – Michele da Colle: um mercador pisano em Lisboa no século XV. In Alessandrini, N. et al., org. – *Le nove son tanto e tante buone, che dir non se*

- ne pô. Lisboa dos Italianos: História e Arte (sécs. XIV-XVIII)*. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, 2015. p. 21-34.
- SPALLANZANI, Marco – *Mercanti fiorentini nell'Asia Portoghese*. Firenze: SPES, 1997.
- Statuto della Società Italiana di Beneficenza in Lisbona*. Lisbona: Lallemand Frères, Typ. Lisboa, 1873.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R. – *A questão da pimenta em meados do século XVI*. In Artur Teodoro de Matos, Luís Filipe F. Reis Thomaz dir. – *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*. Angra do Heroísmo: [s.n.], 1998.
- TOGNETTI, Sergio – *Il Banco Cambini. Affari e mercati di una compagnia mercantile-bancaria nella Firenze del XV secolo*. Firenze: Olschki, 1999.
- *I Gondi di Lione. Una banca di affari fiorentina nella Francia del primo Cinquecento*. Firenze: Olschki, 2013.
- VARELA, Consuelo – *Colón y los florentinos*. Madrid: Aliança Editorial, 1988.
- VITERBO, Sousa – O monopólio da cortiça no século XV. *Archivo Historico Portuguez*. Vol. 2 (1903), p. 41-46.
- A pesca do coral no século XV. *Archivo Historico Portuguez*. Vol. I (1903), p. 315-320